

SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



SindCVM



SindCVM

Em votação on line, associados elegem nova diretoria

SindCVM tem diretoria eleita



ELEIÇÕES **sindcvm**
SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CVM

Com 96,83% dos votos válidos, foi eleita a chapa única candidata à diretoria do SindCVM. Foram 126 votos válidos e 17 em separado que tiveram a legitimidade confirmada pelo Conselho Eleitoral após a verificação dos dados no sistema. Houve dois votos em branco e dois nulos. A votação se estendeu por dois dias (14 e 15 de março) e foi realizada totalmente on line.

A nova gestão do sindicato assume em 1º de julho de 2022 para um mandato de dois anos. Conheça a nova diretoria.

Presidente - Oswaldo Molarino Filho

Diretor Administrativo – Roselene Candida Alves

Diretor Assuntos Institucionais – Carlos Henrique Butler Braga

Diretor de Operações – Breno Santos Rocha

Diretor Jurídico - Hertz Viana Leal

Suplente – Líliana Ribeiro Simões de Castro

Com 99,21% dos votos válidos, o Conselho Fiscal foi eleito também para dois anos de mandato, no mesmo pleito.

CONSELHO FISCAL

Celia Maria Silva de Moraes Bittencourt

Anisio Franco Camara

Andrea Coelho Baptista

VOTAÇÃO ON LINE

A votação realizada de forma virtual pode ser considerada um sucesso, com destaque para o significativo crescimento do índice de comparecimento. Na eleição de 2020, realizada presencialmente, foram apenas 66 votantes, correspondendo a 16,8% de um universo de 392 filiados. No pleito de 2022, o número de votantes mais que dobrou (126), alcançando um percentual de 35,6% dos associados aptos a votar. O sistema simples e direto podia ser acessado até mesmo do celular. A segurança foi comprovada pela Comissão Eleitoral e a apuração também foi extremamente rápida.

SINDICATO FORTALECIDO

A atual gestão agradece a participação de todos os votantes que atenderam ao apelo do SindCVM para manter o sindicato e fortalecer a instituição. O atual biênio foi repleto de desafios, a começar pela pandemia do coronavírus que obrigou a todos a lidar repentinamente com novas formas de trabalho. Foi um período marcado também por uma campanha cruel contra os servidores e o serviço público em geral. A resistência e mobilização também se impuseram e foram capazes de adiar a Reforma Administrativa prevista na PEC 32, que traria prejuízos incalculáveis ao serviço público brasileiro.

À gestão que se iniciará no próximo semestre caberá uma série de novos desafios, mas com a certeza de que um Sindicato forte e alinhado com os objetivos da categoria é fundamental. Vida longa ao SindCVM e parabéns a todos que vem construindo essa história!

Decreto que muda regime previdenciário é questionado



O SindCVM enviou ofício para a Superintendente Administrativo e Financeiro (SAD), Cintia de Miranda Moura, pedindo uma comunicação mais abrangente sobre as mudanças previstas no Decreto 10.620/21 que estabelece mudanças no regime previdenciário dos servidores federais. O sindicato sugere a publicação de uma cartilha sobre o tema e uma reunião virtual para que aposentados e aqueles que estão prestes a se aposentar possam tirar dúvidas.

O Decreto 10.620 modifica o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) e prevê que aposentadorias e pensões dos servidores de autarquias, fundações e institutos federais – mesmo daqueles regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) - deixem de ser geridas pela União e passem para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou para a Entidade Gestora Única.

As modificações previstas têm gerado dúvidas e queixas de aposentados e de servidores federais ainda na ativa. Respondendo à consulta realizada pelo SindCVM, o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), ao qual o sindicato é filiado, esclareceu que vem atuando em três frentes em relação ao decreto.

A primeira frente é legislativa. Representantes do Fórum tem mantido diálogo com o deputado federal Professor Israel Batista (PV/DF), da Frente Servir Brasil, para que haja atenção sobre o assunto na Câmara Federal. E, de fato, há pelo menos cinco projetos de lei que pedem a revogação do Decreto 10.620.

Em uma segunda frente de atuação, via Judiciário, já existe uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade, a de número 6767, em relação ao decreto. Essa ação está avançando. Houve inclusive um parecer da PGR (Procuradoria Geral da República) que aponta erros no decreto. Há uma movimentação do Fonacate e de sua assessoria jurídica para agendar uma visita aos assessores da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, que está responsável pela ação, para alertá-los sobre os efeitos nefastos que as mudanças podem ocasionar na sociedade e no serviço público brasileiro.

Há ainda uma terceira frente que prevê a realização de diligências administrativas junto a ministros para discutir o tema. O vice-presidente do Fonacate, Fabio Faiad, se reuniu esta semana com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e protocolou um ofício solicitando a revogação.

O SindCVM segue atento às movimentações relativas às mudanças na previdência e, oportunamente, comunicará avanços nas ações acima descritas.

Governo ainda não decidiu sobre reajuste dos servidores federais. Prazo se esgota no início de abril



Servidores federais seguem mobilizados por reajuste salarial. O Fórum Nacional das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) convocou manifestação e paralisação para esta semana e pediu audiência com representantes do Governo Federal. E já convocou uma jornada de lutas em Brasília, de 29 a 31 de março, com participação de servidores dos estados.

Os servidores do Banco Central, por sua vez, vão decidir, em Assembleia marcada para a próxima segunda-feira (28), se entram ou não em greve. O corpo funcional da instituição tem realizado paralisações diárias, entre 14h e 18h, o que já vem impactando nas atividades de rotina desempenhadas pelo BC. Um exemplo foi o atraso na entrega do Boletim Focus nesta semana.

A mobilização dos servidores levou o Ministério da Economia a receber representantes da categoria nos últimos dias. O governo se comprometeu a dar um posicionamento em relação às reivindicações até o dia 1º de abril.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, avalia que não há mais tempo para concessão de reajuste geral e acredita que a saída vai ser brigar por recomposições pontuais para cada carreira. Para Marques, o Governo Federal poderia ter priorizado o reajuste da categoria fazendo a previsão no orçamento, o que não aconteceu.

A mobilização por reajuste foi uma reação dos servidores federais ao anúncio do presidente Jair Bolsonaro de que concederia aumento apenas para as forças de segurança a um custo de R\$ 1,7 bilhão. Técnicos do Ministério da Economia, porém indicam que não há recursos para pagar todos os programas previstos no Orçamento deste ano e o reajuste. Como 2022 é ano eleitoral, a legislação obriga que o reajuste seja concedido até, no máximo, início de abril.

Além do reajuste de 19,99% (uma recomposição em função das perdas salariais ocorridas nos últimos três anos), as entidades que representam os servidores federais reivindicam melhoria das condições de trabalho; realização de concursos públicos; valorização das carreiras dos servidores e o arquivamento definitivo da Reforma Administrativa (PEC 32).

MOBILIZAÇÃO POR PETRÓPOLIS



Mais chuva, enchentes e mortes. Um mês depois da tragédia que se abateu em Petrópolis, na região serrana do Rio, a cidade precisa mais uma vez da solidariedade de todos. O SindCVM fez uma parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis, que está recebendo doativos para os atingidos pelas cheias e deslizamentos. As doações podem ser feitas via PIX ou por transferência para:

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE PETRÓPOLIS – GRUPO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ
CNPJ: 27.219.757/0001-27 (PIX)
BANCO DO BRASIL AGÊNCIA 2885-1 CONTA CORRENTE 127599-2

O SindCVM quer realizar uma doação proporcional àquela atingida pelas contribuições individuais. Para isso, pedimos a todos que colaborarem para enviar o comprovante do PIX ou depósito para o WhatsApp do SindCVM (21) 97604-1826 (o sigilo do nome do doador e valor da contribuição individual está garantido). O objetivo é que possamos calcular o valor total das contribuições individuais para projetar um montante proporcional a ser doado pelo sindicato, além de também estabelecer metas motivando uma maior adesão à campanha.